

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0334 – 18/12 à 22/12/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
- Dados Estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Acordos em processos trabalhistas no TST ultrapassam R\\$ 418 milhões em 2023](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/12/2023

Acordos obtidos em conciliações trabalhistas promovidas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) movimentaram mais de R\$ 418 milhões entre fevereiro e dezembro deste ano. Ao todo, aproximadamente, 1.500 processos foram conciliados, com a realização de 2.039 audiências. Houve acordo em 72% dos casos tratados nas reuniões.

Os resultados foram contabilizados pelo Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cejusc/TST), coordenador pelo vice-presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga. Segundo ele, por meio de conciliações e acordos de cooperação técnica formalizados pelo Tribunal com empresas, a conclusão de processos está ganhando celeridade. “Estamos proporcionando que haja solução de conflitos por um método adequado”, destaca o ministro.

O Cejusc do TST foi criado em 2023, em substituição ao Núcleo Permanente de Conciliação (Nupec). O Cejusc tem contribuído para reforçar a cultura da conciliação no âmbito do Tribunal, com a simplificação do acesso à solução consensual de conflitos e maior agilidade na realização das audiências. O propósito é possibilitar que partes e advogados participem da construção da decisão, auxiliados por equipes especializadas na mediação de conflitos, possibilitando a conclusão mais rápida dos processos.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF decide que piso salarial da enfermagem deve ocorrer de forma regionalizada por negociação coletiva](#)

Supremo Tribunal Federal - 20/12/2023

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a implementação do piso salarial da enfermagem, em relação aos profissionais celetistas em geral, deve ocorrer de forma regionalizada, mediante negociação coletiva nas diferentes bases territoriais e nas respectivas datas-bases. O entendimento foi que deve prevalecer o negociado sobre o legislado, tendo em vista a preocupação com eventuais demissões e o caráter essencial do serviço de saúde.

[Em balanço, presidente do STF reforça valorização de decisões colegiadas em 2023](#)

Supremo Tribunal Federal - 19/12/2023

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, apresentou nesta quarta-feira (19), na sessão de encerramento do Ano Judiciário de 2023, um balanço das atividades da Corte ao longo deste ano. As decisões colegiadas tiveram um aumento de 34% em relação a 2022. Houve uma redução de 62% de decisões liminares individuais e um aumento de 300% das liminares submetidas à análise do colegiado do Supremo para referendo se comparadas ao ano de 2022.

Notícias do Executivo

[Conselho Nacional do Trabalho realiza sua última reunião ordinária de 2023](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/12/2023

O Conselho Nacional do Trabalho (CNT) realizou, na sexta-feira (14), sua última reunião ordinária de 2023, que tratou como temas centrais a proposta de realização da aferição das centrais sindicais, a cooperação com a Organização Internacional do Trabalho no estabelecimento do Plano País de Trabalho Decente e as atividades relativas ao registro sindical com a entrada em vigor da Portaria MTE nº 3472/23.

[MPS lança Boletim Estatístico Mensal de Benefícios por Incapacidade](#)

Ministério da Previdência Social - 20/12/2023

O Ministério da Previdência Social lançou o [Boletim Estatístico Mensal de Benefícios por Incapacidade \(BEMBI\)](#), com informações sobre as diferentes espécies de benefícios por incapacidade oferecidos pela Previdência. O documento, elaborado pela Coordenação-Geral de Monitoramento de Benefícios por Incapacidade, do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, está organizado em 19 quadros e 11 gráficos, que permitem o acompanhamento desse conjunto de benefícios considerando as dimensões mais relevantes.

[Prevenção de riscos ocupacionais envolvendo nanomateriais é tema de capítulo de livro](#)

Fundacentro - 21/12/2023

“Prevenición de Riesgos Laborales: Nanotecnología y Nanomateriales” (Prevenção de Riscos Ocupacionais: Nanotecnologia e Nanomateriais) é tema de capítulo da obra

“[Libro Blanco de las Nanotecnologías: una visión ético-social ante los avances de la Nanociencia y la Nanotecnología](#)”, escrito pelo tecnologista da Fundacentro, José Renato Schmidt. Schmidt é especialista em estudos que avaliam os riscos sobre nanomateriais no ambiente de trabalho e abordou o tema com as coautoras Miriam Belloc, Anna Francesca Oliete e Mar Viana. Eles salientam que é necessária a adoção de medidas preventivas em atividades de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de nanomateriais que possam minimizar a exposição ocupacional ou evitar o contato com o material.

[Sistema avalia exposição ocupacional ao calor](#)

Fundacentro - 19/12/2023

Nesta sexta-feira (22), começa o verão, que poderá ser um dos mais quentes da história, com temperaturas acima da média durante boa parte da estação. O calor extremo, que temos visto nos últimos tempos, interfere diretamente nas condições de trabalho daqueles que atuam em áreas externas, gerando exposição que pode ser prejudicial à saúde. No entanto, é possível monitorar e prever essas situações para realizar medidas preventivas com o Monitor IBUTG, sistema que avalia a exposição ocupacional ao calor e está disponível gratuitamente para celulares [Android](#) e [iOS](#) e para computador pelo [site da ferramenta](#).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT reúne as 18 maiores empresas de Alagoas para conscientizar sobre notificação de doenças e acidentes no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/12/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) reuniu representantes das 18 maiores empresas de Alagoas, em número de empregados, durante audiência coletiva na manhã desta quarta-feira (21), para conscientizar os empregadores a emitirem as Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) de forma oficial. O encontro foi conduzido pelo procurador do MPT Rodrigo Alencar.

[Audiência pública discute cumprimento de cota de aprendizagem em empresas da região metropolitana do Recife](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/12/2023

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) promoveu, na última terça-feira (19), audiência pública com o objetivo de cobrar o cumprimento da cota de aprendizagem em empresas sediadas na região metropolitana do Recife (RMR). A instituição foi representada pela procuradora do Trabalho e coordenadora regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância), Jailda Pinto.

[Brasil registra 1,9 mi de pessoas em situação de trabalho infantil em 2022](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/12/2023

O total de meninas e meninos de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil no Brasil

chegou a 1,9 milhão em 2022. O número corresponde a 4,9% do total dessa faixa etária. Os dados estão presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua), divulgada nesta quarta-feira (20) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[MPT-PA/AP reúne empresas para tratar sobre subnotificação de acidentes e doenças do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/12/2023

Aconteceu, na manhã do dia 18 de dezembro, uma reunião coletiva entre representantes de empresas do Estado do Pará e o Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT-PA/AP) para tratar sobre o cumprimento de uma recomendação, expedida em 2022, referente a notificação de acidentes e doenças do trabalho. A iniciativa está inserida em projeto nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do MPT, que visa reduzir as subnotificações.

Notícias do e-Social

[GOV.BR limita acesso robotizado para garantir a disponibilidade dos serviços públicos digitais](#)

e-Social - 21/12/2023

O acesso robotizado à Plataforma GOV.BR está limitado desde 05/12/2023, e, a partir de 08/01/2024, a limitação passa a ser observada também no acesso aos módulos Web do eSocial via Gov.br. A medida visa garantir a disponibilidade do GOV.BR a todos os cidadãos brasileiros, mitigando problemas de indisponibilidade dos mais de 4 mil serviços oferecidos pelo Governo Federal. A nova medida de segurança foi implementada na tela principal de acesso ao GOV.BR, durante validação das credenciais para login. O processo é transparente e sem impactos para o usuário comum.

Outras Notícias

[Relatório de transparência salarial da Lei nº 14.611/23: riscos e incertezas](#)

Consultor Jurídico - 24/12/2023

Com o objetivo de assegurar a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, a Lei nº 14.611/23, dentre outros mecanismos, instituiu a obrigação de publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios por todas as empresas com 100 ou mais empregados. Em casos de desigualdade identificada pela fiscalização, as empresas deverão elaborar planos de ação com metas e prazos, sob pena de estarem sujeitas a multa de até 3% da folha salarial.

[Supremo afasta vínculo de emprego entre corretores e incorporadora](#)

Consultor Jurídico - 23/12/2023

Em julgamento de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal já validou a possibilidade de terceirização ou qualquer outra forma de relação de trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social. Por constatar afronta a essa tese, a 1ª Turma do STF afastou, em três casos distintos, o vínculo de emprego entre corretores de imóveis autônomos e uma incorporadora.

[Declaração de vínculo de emprego e autoridade do STF](#)

Consultor Jurídico - 22/12/2023

O Supremo Tribunal Federal tem julgado reclamações constitucionais cassando decisões da Justiça do Trabalho que anularam contratos de natureza civil e declararam o vínculo de emprego, condenando as empresas, muitas vezes, a pagarem elevadas

quantias a título de verbas trabalhistas. Esses contratos anulados pela JT podem ser celebrados entre profissionais liberais e a empresa ré ou mesmo entre duas empresas, sendo que, nesse caso, o sócio da empresa contratada é quem futuramente postula o reconhecimento de vínculo com a empresa contratante.

[Terceirização ilícita de serviços](#)

Consultor Jurídico - 22/12/2023

Durante muito tempo, a utilização de empresas prestadoras de serviços terceirizados foi considerada como fraude a aplicação da legislação trabalhista e, também, como modelo de precarização de mão-de-obra. Daquele período são as Súmulas 256 e, posteriormente, 331 do TST, que uniformizaram o entendimento daquela Corte quanto aos limites da terceirização de serviços em dois aspectos: quanto à atividade meio e ausência de subordinação do trabalhador ao tomador de serviços.

[Retrospectiva 2023 e os desafios do Direito do Trabalho do futuro](#)

Consultor Jurídico - 21/12/2023

Ao longo de 2023, diversas foram as temáticas abordadas nesta coluna, sendo inúmeros os assuntos sensíveis às relações trabalhistas. Dito isso, por indicação de você, leitor(a), para o artigo da semana na Coluna Prática Trabalhista, desta ConJur, encerrando um ano de tantas mudanças e novidades, faremos uma retrospectiva de alguns temas de destaque e relevância, razão pela qual agradecemos o contato.

[Arbitragem é validada como forma de resolver disputa trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 20/12/2023

Por expressa previsão legal, é possível submeter demandas individuais à arbitragem, sem violação ao princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário. Com esse entendimento, o juiz Pablo Souza Rocha, da 2ª Vara do Trabalho de Limeira (SP), reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho para analisar um pedido de anulação de justa causa e extinguiu o processo sem resolução do mérito.

[Julgamentos trabalhistas no Supremo Tribunal Federal neste ano](#)

Consultor Jurídico - 19/12/2023

O ano de 2023 termina com a solução de diversas questões trabalhistas importantes pelo Supremo Tribunal Federal, com a análise de temas controvertidos e de relevante importância social. Apesar da intensidade do ano que termina, 2024 nos faz crer em um ano ainda mais movimentado no que diz respeito a julgamentos do STF, considerando as matérias que estão pendentes de análise e as decisões que virão a ser proferidas em reclamações constitucionais decorrentes dos entendimentos fixados neste ano.

[Empregado em home office não tem direito a indenização por acidente de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 18/12/2023

A 1ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital, em São Paulo, negou pedido de concessão de benefício acidentário a empregado em trabalho remoto. O requerente desempenhava função de designer gráfico em home office quando sofreu acidente com queda da própria altura, em que lesionou o punho direito, reduzindo parcialmente sua capacidade de trabalho.

[Uso de provas obtidas por meio digital na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 18/12/2023

É imprescindível que o processo do Trabalho se adapte à realidade das novas tecnologias, valendo-se de provas também por meios digitais. Para tanto, já se tem visto que a Justiça do Trabalho já iniciou um movimento para o uso de provas obtidas por meio digital, e o que se entende é que há uma maior confiabilidade e precisão desse tipo de prova e que ela pode ser uma boa aliada para a resolução dos conflitos.

[Repercussão dos vínculos empregatícios de PJ e terceirizados](#)

Consultor Jurídico - 18/12/2023

O Direito do Trabalho é um campo jurídico complexo, crucial para a proteção dos direitos dos trabalhadores e para a estabilidade econômica do País. Afinal de contas, é um dos ramos do direito que impactam diariamente na sociedade. Nesse sentido, uma questão que vem sendo destaque recentemente é o aumento das reclamações relacionadas a vínculos empregatícios indevidos. Essas reclamações são geradas, na maioria, por decisões de instâncias inferiores, que posteriormente serão questiona-

das perante o TST (Tribunal Superior do Trabalho) e no STF (Supremo Tribunal Federal).

[Motorista que pernoitava em poltrona de caminhão será indenizado](#)

Migalhas - 21/12/2023

Uma empresa de transporte de carga foi condenada a pagar indenização por danos morais a um motorista que tinha que pernoitar na cabine do caminhão, em poltrona reclinável, além de transportar cargas além do peso suportado pelo veículo. A sentença é do juiz do Trabalho Reinaldo de Souza Pinto, em sua atuação na 1ª vara do Trabalho de Divinópolis/MG, que concluiu pela ausência de condições dignas de trabalho, fixando a indenização em R\$ 5 mil.

[Empresa não precisará informar processos trabalhistas no eSocial](#)

Migalhas - 18/12/2023

O juiz Federal José Carlos Motta, da 19ª vara Cível de SP, concedeu liminar para afastar obrigatoriedade de empresa de envio dos eventos S-2500 e S-2501 no eSocial, destinados a informar os processos trabalhista e as contribuições previdenciárias. A decisão vale até a regularização do sistema para exclusão da multa cobrada indevidamente.

[OIT: Apesar de apresentar uma menor taxa de desemprego em 2023, a recuperação dos mercados de trabalho na América Latina e no Caribe ainda é insuficiente](#)

Organização Internacional do Trabalho - 19/12/2023

Quase quatro anos após o início da pandemia da COVID-19, os mercados de trabalho na região da América Latina e Caribe apresentam uma plena recuperação de suas taxas de emprego. No entanto, eles ainda são caracterizados por persistentes disparidades de gênero, desemprego juvenil, informalidade e perda do poder de compra dos salários, afirmou hoje o Escritório da OIT para a América Latina e o Caribe durante a apresentação do seu relatório [Panorama Laboral 2023](#).

Atos Normativos

[DPMF/SRGPS/MPS N° 917, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 20/12/2023 Seção I Pág. 115) - Estabelece diretrizes para a execução dos exames médico-periciais dos benefícios por incapacidade quando não disponíveis no Módulo Atendimento Médico do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI);

[RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS N° 593, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 20/12/2023 Seção I Pág. 161) - Dispõe sobre a notificação por inadimplência à pessoa natural contratante de plano privado de assistência à saúde e ao beneficiário que paga a mensalidade do plano coletivo diretamente à operadora, e cancela a Súmula Normativa n° 28, de 30 de novembro de 2015;

[PORTARIA MTE N° 3.849, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 20/12/2023 Seção I Pág. 181) - Institui o Sistema de Governança do Ministério do Trabalho e Emprego;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.167, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 21/12/2023 Seção I Pág. 228) - Dispõe sobre a regularização dos débitos tributários de que trata o art. 25-A do Decreto n° 70.235, de 6 de março de 1972;

[PORTARIA RFB N° 390, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 21/12/2023 Seção I Pág. 229) - Estabelece os critérios para classificação das pessoas jurídicas como maiores contribuintes no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

[LEI N° 14.759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 22/12/2023 Seção I Pág. 01) - Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra;

[PORTARIA MTE N° 3.869, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 22/12/2023 Seção I Pág. 198) - Altera a Portaria MTP n° 671, de 8 de novembro de 2021, para dispor sobre

o Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico - eLIT e o Domicílio Eletrônico Trabalhista - DET. (Processo nº 19966.200120/2023-20);

[PORTARIA MTE Nº 3.872, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 22/12/2023 Seção I Pág. 198) - Dispõe sobre a aprendizagem profissional, o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional e o Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional. (Processo nº 19968.100086/2023-74);

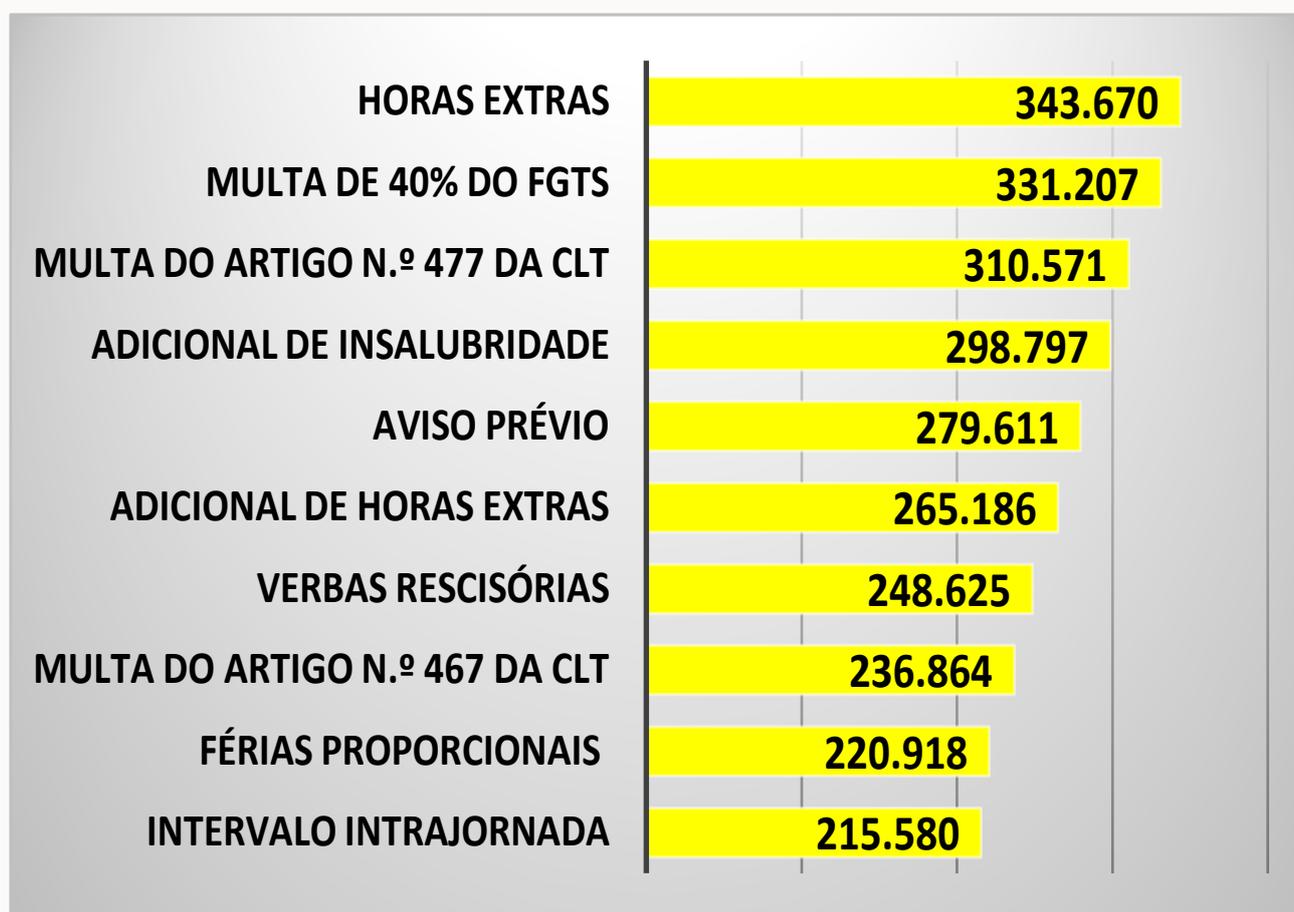
[LEI Nº 14.766, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 22/12/2023 Seção I Extra Pág. 03) - Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica;

[LEI Nº 14.689, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023](#) (DOU de 22/12/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); dispõe sobre a autorregularização de débitos e a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, sobre o contencioso administrativo fiscal e sobre a transação na cobrança de créditos da Fazenda Pública; altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e as Leis nºs 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 13.988, de 14 de abril de 2020, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e revoga dispositivo da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

[LEI Nº 14.768, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023](#) (DOU de 22/12/2023 Seção I Extra Pág. 03) - Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva.

Dados Estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho de janeiro a novembro de 2023 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula